

Apresentação

Dez anos das Jornadas de Junho de 2013 e as crises políticas no Brasil republicano



As chamadas *Jornadas de Junho* despertaram de pronto o interesse de pesquisadores das ciências humanas, tendo sido sendo laboratório para investigações que ganharam o debate público na época: os problemas da urbanização, as políticas sociais, a crise capitalista e o esgotamento de uma era de pactos sociais vigente desde o triunfo do dito “lulismo” nos anos 2000, dentre outros. Dez anos depois, porém, convém realizar um balanço sistemático das reflexões sobre esse evento-chave da História do Brasil recente. É o trabalho que vislumbra esse dossiê que busca tratar das *crises* vividas no Brasil Republicano, com ênfase naquela evidenciada pelas *Jornadas*.

A ascensão de forças lavajatistas, militares e fascistas está visceralmente articulada à crise de hegemonia das classes dominantes afluída em junho de 2013, que gerou o bolsonarismo como seu principal “sintoma mórbido”. Em uma análise gramsciana, a relação entre crise econômica e política não é direta (BIANCHI, 2002; CASTELO, 2013). Trotsky também tomava o cuidado de diferenciar a crise social da crise de sobreprodução (TROTSKY, 2008 [1929]). Se a crise financeira global de 2008 trouxe impactos ao Brasil e foi fator importante na queda da taxa de lucros da burguesia brasileira durante os governos Dilma Rousseff (2011-2016), ela não tinha, como único e teleológico desfecho possível, a crise política que atravessamos: todo contexto histórico carrega os embriões de múltiplas saídas, que dependem das ações das classes sociais para germinar. Gramsci partia das indicações de Marx, no Capítulo XIII do livro III de *O Capital* (2017 [1894]), sobre a queda tendencial da taxa de lucros, para pensar a crise da economia, e que “chamava atenção para aquelas situações nas quais crise econômica e crise política coincidem, ou seja, aquelas situações nas quais a crise de hegemonia, aquilo que chamamos de crise de representação, coincide com uma crise econômica que mina a capacidade material de conformação de uma nova hegemonia”, que o autor identifica como a situação da crise afluída em 2013 (BIANCHI, 2017).

Gramsci, refletindo sobre os momentos de crise de hegemonia em que “grupos sociais se separam dos seus partidos tradicionais”, observou como a “situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo para as soluções de força, à atividade de potências

ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos” (GRAMSCI, C13, §23). Com base na teoria poulantziana, observamos como, em situações de crise de hegemonia, se torna mais evidente o “grau variável de unidade interna do aparelho de Estado e o caráter contingente da estratificação de seus múltiplos ramos (...) com as relações de força entre os aparelhos alterando-se sensivelmente em curto espaço de tempo” (VELASCO E CRUZ, 2019).

A ascensão do fascismo está relacionada, tanto nos casos clássicos como nos contemporâneos, à crise do capital, servindo, em última instância, de solução ao grande capital (TROTSKY, 2018 [1933]; MANDEL, 1976). Como observou Virgínia Fontes, “a crise social aguça e exacerba contradições que podem impulsionar a luta contra o capitalismo; porém, também suscita contratendências procurando ofuscar e impedir tais lutas”. Estas “não são necessariamente um obstáculo ao capital, podendo ser dramáticos trampolins para sua expansão e concentração”. A autora observa como a obra de Jack London captou como “uma situação socialmente catastrófica pôde ser, ao mesmo tempo, um momento de extensão planetária da dominação capitalista e de expansão de relações sociais capitalistas muito além das fronteiras nas quais até então se restringia” (FONTES, 2010, p. 11, 100, 104).

O golpe de 2016, desenlace da crise de hegemonia aflorada nos governos Dilma, resultou, ao mesmo tempo, numa unificação feroz – assegurada pela retirada de direitos dos trabalhadores e destinação dos recursos públicos aos setores empresariais – e numa nova fragmentação, pela devastação que promoveu nos partidos clássicos dessas mesmas burguesias, a começar pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e pelas disputas, agora intestinas e mais ocultas, sobre o fundo público. Diante de situações de crise, internas e externas,

A grande diversidade associativa interburguesa favoreceu uma maior flexibilidade do conjunto das classes dominantes (...) abrindo válvulas de escape e permitindo acordos e ajustes no sentido de impulsionar fronteiras à exploração capitalista, assegurando-se a sobrevivência de setores menos ágeis, amparando-os, confortando uma espécie de retaguarda burguesa interna, ao passo que os setores de ponta encontravam-se libertos de peias para expandir-se. (FONTES, 2010, p. 219)

Tal crise de hegemonia não se restringe a tensões interburguesas, mas abarca o movimento geral das lutas de classes. Hoje, muitas leituras alinhadas a uma parte do petismo veem junho de 2013 como o “ovo da serpente” do golpismo e do fascismo, como se tivesse sido, desde o princípio, um movimento organizado pela burguesia e seus partidos com o apoio de aparelhos estrangeiros que mobilizaram a classe média para desestabilizar o governo de Dilma. Ao contrário do que dizem estas análises, os protestos foram compostos majoritariamente por jovens de baixa renda e tiveram, como pautas centrais, transporte, educação e saúde. Como lembramos, a grande mídia, que, em um primeiro momento, comportou-se como sempre, vendendo a ideia de que o aumento era inevitável e acusando os atos de vandalismo, passou a

tentar controlar os rumos das manifestações aderindo a elas e buscando pautar as reivindicações das ruas. Com a entrada em campo dos “verde-amarelos”, que levantavam, como principal bandeira, o “combate à corrupção”, em sintonia com a pauta da mídia golpista, a direita passou a disputar a direção dos atos com a esquerda. Assim, a classe média tradicional passou a compor as manifestações junto com a parcela mais precarizada da classe trabalhadora, na maioria jovens, que, mesmo tendo conseguido empregos de carteira assinada na década anterior, recebiam baixos salários, não tinham estabilidade nos empregos e experienciavam más condições de trabalho, como mostrou uma pesquisa do Ibope realizada em manifestações de 8 capitais: 15% dos/as manifestantes tinham renda familiar de até 2 salário mínimos e 30% de 2 a 5 salários mínimos; e, no Rio de Janeiro, 34% recebiam até 1 salário mínimo e 30% de 2 a 3 salários mínimos. Mesmo assim, as principais bandeiras pautadas pelas manifestações foram saúde (78%), segurança pública (55%) e educação (52%), enquanto o problema do transporte público era visto por 77% dos/as manifestantes como a principal razão dos protestos. Os setores organizados da classe trabalhadora que haviam recebido aumentos salariais nos governos petistas e os grupos pauperizados beneficiados pelo Bolsa Família permaneceram relativamente fora de cena (BRAGA, 2013; SINGER, 2013).

A repressão policial aos atos – que reivindicavam bandeiras históricas do Partido dos Trabalhadores – ordenada por prefeituras do próprio PT (tendo, como casos emblemáticos, a de Fernando Haddad em São Paulo, que planejou a repressão com o então governador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e de Eduardo Paes, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), eleito com o apoio do PT em troca da vice-prefeitura) dificultou ainda mais a negociação com o governo petista. Ao invés de apoiar-se na força das ruas para enfrentar a “correlação de forças desfavorável”, que sempre serviu para o PT justificar a falta de combate contra as classes dominantes, o partido optou por aliar-se ao então principal rival para manter as ruas em ordem e garantir a governabilidade. A então presidente Dilma Rousseff, que chegou a propor uma reforma constituinte para atender às demandas dos protestos, recuou em menos de 24 horas.

Evidentemente, é estranha para qualquer esquerda a opção de abandonar as ruas, silenciar as demandas da classe trabalhadora e manter a governabilidade. A tentativa do governo Dilma Rousseff de resolver a situação por meio de acordos de cúpula, ao invés de mobilizar sua base social para avançar as pautas de reforma que propôs timidamente com os “5 pactos” e o plebiscito pela constituinte (MENDES, 2013), da qual voltou atrás no dia seguinte (COSTA, 2013), é emblemática. Para quadros do Partido dos Trabalhadores, como o ex-presidente Lula ou o candidato a presidente pelo PT nas eleições de 2018, Fernando Haddad, é consenso que o golpe começou com junho de 2013. Iluminando o problema por outro ângulo, no entanto, é possível observar como a opção pela conciliação com os de cima e pela desmobilização das ações de luta da classe trabalhadora deixou o governo Dilma desprotegido assim que os setores da burguesia

brasileira que a apoiavam pularam fora do barco. Como admitiu Dilma em entrevista a Breno Altman, faltou ao PT manter uma força popular organizada, mobilizando o partido e preservando a autonomia dos sindicatos e movimentos sociais (ALTMAN, 2021).

Junho de 2013 foi um daqueles meses que, como teria dito Lenin, a história de anos se condensou em poucas semanas. Para alguns, era “o início de uma revolução”, como cantou o rapper, então anarquista, Jimmy Luv, na música que embalou as chamadas dos protestos do Movimento Passe Livre (MPL). Para outros, foi o extremo oposto: os primórdios de uma contrarrevolução organizada por aparelhos estrangeiros que mobilizaram a classe média para derrubar o governo. Chamadas revolucionárias ou reacionárias, aquelas semanas foram um momento-chave decisivo que marcou a história política brasileira e abriram múltiplas possibilidades de desenvolvimentos históricos. Naquele mês, milhares de jovens foram às ruas e participaram de uma assembleia pela primeira vez, e acreditaram no sonho de uma mudança através da luta. A forma de organização horizontal do MPL – que realizava assembleias durante os atos que decidiam os rumos da manifestação, e que, há quase uma década, organizava frentes de luta com diversos movimentos sociais, partidos políticos, coletivos e independentes para planejar suas campanhas – aproximou grande parte daquela juventude com a ideia de democracia participativa, que mobilizou, poucos anos antes, diversos outros movimentos que se alastraram ao redor do globo no contexto da crise de 2008, a partir da Primavera Árabe – ideia que também era, lembremos, a força-motriz, algumas décadas antes, dos programas do PT. Parte daquela juventude também decidiu, a florada pelo clima de insurgências, se organizar coletivamente, e o papel do partido, em sentido gramsciano, ganhou força. A perda da direção das manifestações pelo MPL e sua crise e dissolução futura, inclusive, reforçaram a centralidade de articular os princípios de horizontalidade e democracia participativa a estruturas de organização e direção que coordenem a luta anticapitalista, articulando o mosaico de movimentos e partidos em frentes. de modo a forjar programas que sintetizem suas lutas, com o objetivo de construir um novo poder.

Ao contrário do que dizem as leituras daqueles que apontam as jornadas de junho como a origem do golpismo e do fascismo, argumentamos que junho de 2013 não foi puro espontaneísmo, um “raio em céu azul”. Naquele mês, a faísca das pedras lançadas contra as catracas dos ônibus se alastrou por todo território nacional e explodiu tensões sociais que fermentavam lutas ao longo da última década. O MPL, neste período, organizou, em várias cidades brasileiras, manifestações, assembleias, atividades de formação e articulações com outros movimentos sociais e partidos para enfrentar a burguesia dos transportes e construir um novo modelo de cidade, o que preparou o terreno para as lutas fincarem suas raízes. Ao mesmo tempo, o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Sem-Teto (MTST) organizava a luta por moradia, combatendo os mega conglomerados financeiros do mercado imobiliário em grandes cidades do país. A Marcha das Vadias é outro exemplo de movimento que cultivou as

sementes que brotaram em 2013, sendo um dos muitos coletivos que organizaram subversões feministas e LGBT+ no período, das quais foi parte a luta contra a aproximação do Partido dos Trabalhadores (PT) a quadros do fundamentalismo evangélico. Outra frente de luta que escancarou uma das contradições mais gritantes dos governos do PT foram as Marchas Contra o Genocídio Negro, que denunciavam o encarceramento de jovens negros promovido pela chamada política de guerra “às drogas” e confrontaram o reacionarismo policial e miliciano que viria a formar a base mais sólida do bolsonarismo. Nas florestas os movimentos indígenas e povos ribeirinhos resistiram à destruição das suas terras pelas grandes obras planejadas pela aliança entre os donos das mega construtoras e os formuladores do projeto neodesenvolvimentista do PT. A revolta contra a catraca, símbolo do controle sobre a classe trabalhadora – instalada nos ônibus para impedir os pobres de saírem de seus bairros, nas fábricas para monitorar o horário dos operários, nos *checkpoints* israelenses na Palestina para barrar a passagem de árabes – expressou múltiplos sentimentos de revolta contra as classes dominantes que se acumulavam nas lutas do período.

Tendo estes debates teóricos como pano de fundo, os artigos do dossiê analisam protestos, partidos, movimentos sociais e jornais que tiveram papel de destaque em momentos de crise do Brasil republicano. O primeiro artigo, escrito por David A. Castro Netto e Márcio J. Pereira, aborda *A crise da democracia liberal e as jornadas de junho de 2013*, propondo relacionar a crise de 2008 e seus rebatimentos nas democracias liberais contemporâneas para, depois, se debruçar nos impactos especificamente do caso brasileiro, principalmente nas transformações ocorridas nos protestos de 2014 em relação a 2013, com a disputa das ruas entre esquerda e direita e o surgimento de novos agentes políticos, como o Movimento Brasil Livre (MBL).

O segundo artigo, intitulado *Transformações e crises nos partidos políticos: o caso do PSDB*, de Maria do Socorro Sousa Braga, Davi Franzon e Jeferson Alexandre Miranda, objetiva analisar o Partido da Social Democracia Brasileira em relação ao Partido dos Trabalhadores no século XXI, bem como seu lugar no contexto atual da crise política brasileira. Nesse sentido, o trabalho procura elencar possíveis razões que estão relacionadas ao declínio político-eleitoral do partido em questão, argumentando que a consolidação de uma organização fraca levou, ao longo do tempo, o PSDB a uma fragilidade institucional e eleitoral.

Já o artigo de Anne Caroline Nava Lopes e Silvia Cristianne Nava Lopes joga luz no tema dos movimentos sociais. No artigo *Clamor Social e Ciclos de Protestos no Brasil em 2013: aproximações conceituais à luz das teorias dos movimentos sociais*, as autoras vão trazer para o debate conceitos relacionados à teoria clássica dos movimentos sociais, principalmente a partir das duas ideias evidenciadas no título, a saber, “clamor social” e “ciclos de protestos”, para refletir sobre os ciclos de protestos ocorridos em 2013 no Brasil.

Os dois últimos artigos se dedicam a analisar crises políticas no Brasil do século XX. Caio César Cuzzo Pereira, em trabalho intitulado *Gabriel Chaves de Melo: Entre o jornalismo e a política (1950-60)*, visa investigar o papel do jornalista e suas relações políticas, tanto nos jornais *Maquis* e *Ação Democrática*, de clara oposição aos governos Kubitschek, Quadros e Goulart, quanto como deputado estadual pelo então estado da Guanabara. Antonio Robson de Freitas Rosalino e Raiomara Lopes Braga examinam a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o financiamento do jornal *A Última Hora*, aliado de Vargas, em 1953. Para os autores, essa CPI é um momento de crise da República e, assim, para os autores, envolveu três pontos principais: poder, moral e dinheiro, que se articulam e formam uma relação de forças específica.

Diego Martins Doria Paulo

Doutor em História (PPGH-UFF) e
Professor no Departamento de Política Social da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

<https://orcid.org/0000-0003-0858-2300>

Gabriel Kanaan

Doutor em História (PPGH-UFF)

<https://orcid.org/0000-0002-4145-1911>

Lisia Cariello

Doutoranda em História (PPGH-UFF)

<https://orcid.org/0000-0001-7068-8099>

Referências

ALTMAN, Breno. Dilma Rousseff: por que o golpe de 2016 foi vitorioso? *Opera Mundi*, 31 de outubro de 2021. Disponível em:
<[youtube.com/watch?v=KJcSyYLshvQ&t=2810s](https://www.youtube.com/watch?v=KJcSyYLshvQ&t=2810s)>.

BIANCHI, Alvaro. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. *Revista Novos Rumos*, n. 36, 2002.

BIANCHI, Alvaro. Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo. *Revista Outubro*, v. 28, 2017.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: BRAGA, Ruy. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, p. 79–82, 2013.

CASTELO, Rodrigo. O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. Rio de Janeiro: Expressão popular, 2013.

COSTA, Breno. Dilma recua de assembleia constituinte para reforma política após críticas. São Paulo, *Folha de São Paulo*, 26 de junho de 2013. Disponível em: bit.ly/2WdHRVs.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere Volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MANDEL, Ernest. *Sobre o fascismo*. Editora Antídoto, 1976 [1969].

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro 3: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017 [1894].

MENDES, Priscilla. Dilma propõe 5 pactos e plebiscito para constituinte da reforma política. *G1*, 24 de junho de 2013. Disponível em: glo.bo/1EE1Llf.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*. CEBRAP, n. 97, p. 23–40, 2013.

TROTSKY, Leon. *O imperialismo e a crise da economia mundial*. São Paulo: Editora Sunermann, 2008 [1929].

TROTSKY, Leon. *Como esmagar o fascismo*. Usina Editorial, 2018 [1933].

VELASCO E CRUZ, Sebastião. Burguesia e empresariado na reconversão regressiva do capitalismo brasileiro. Em CAMPOS, Pedro & BRANDÃO, Rafael. *Dimensões do empresariado brasileiro: história, organizações e ação política*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019.